



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 7986/2014

INQUÉRITO POLICIAL: 0202/2012

ORIGEM: PRM – PASSOS/MG

PROCURADOR OFICIANTE: ROBERTO D'OLIVEIRA VIEIRA

RELATOR: JOSÉ OSTERNO CAMPOS DE ARAÚJO

MATÉRIA: Inquérito Policial. Suposta prática dos crimes de falsificação de documento público e uso de documento falso (CP, art. 397 e 304). Procedimento instaurado para apurar os fatos, cometidos, em tese, por representante de empresa particular, que teriam apresentado Certidão Negativa de Débito – CND falsificada, perante Prefeitura, para fins de participação em processo licitatório. Revisão de declínio (Enunciado 32 da 2ª CCR). A falsificação do documento público ocorreu tão somente para ser apresentada perante órgão municipal, ficando este delito absorvido pelo de uso de documento falso o qual deve ser processado perante a Justiça Estadual. *"A qualificação do órgão expedidor do documento público é irrelevante para determinar a competência do Juízo no crime de uso de documento falso, pois o critério a ser utilizado para tanto define-se em razão da entidade ou do órgão ao qual foi apresentada, porquanto são estes quem efetivamente sofrem os prejuízos em seus bens ou serviços"* (STJ, CC 99.105/RS, Rel. Ministro Jorge Mussi, Terceira Seção, DJe de 27/02/2009). Precedentes: STF – RHC 117279, Primeira Turma, DJe 08-11-2013 e STJ – CC 125.901/PB, Terceira Seção, DJe 11/03/2013; CC 94.374/SC, Terceira Seção, DJe 03/08/2009. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual. Homologação.

HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso (CF, artigo 109, inciso IV).

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, **HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO**, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Procurador da República oficiante (fl. 118).

Devolvam-se os autos à origem com nossas homenagens, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília-DF, 13 de outubro de 2014.

José Osterno Campos de Araújo
Procurador Regional da República
Suplente – 2ª CCR/MPF